

solicitou permissão, que só foi concedida em novembro do ano seguinte, mas não teve efeito, por falta de pessoal habilitado; foi nela que os rebeldes de 1817, pelo esforço e dedicação de “dois frades, um inglês e um marinheiro francês” imprimiram aquilo que, a rigor, caracteriza o início da imprensa brasileira: a 28 de março daquele ano, realmente, era impresso ali o documento político conhecido como *Preciso*, em que José Luís de Mendonça afirmava as razões dos revolucionários e colocava o problema da liberdade, até aí posto em plano secundário, no processo da Independência⁽²⁴⁾. Sufocado o movimento, as autoridades, considerando o “infame abuso” que se fizera ali da tipografia, determinaram o seu fechamento e remessa do material para a Corte, ordem que o governador cumpriu apenas em parte, mas só em 1819, permitindo que, com o restante e um prelo de madeira, surgisse, em 1821, outra oficina, em que foram impressos documentos oficiais e os primeiros periódicos pernambucanos.

A oficina que foi instalada no Maranhão, a 10 de novembro de 1821, com material importado da Inglaterra, foi já consequência da revolução do Porto, a que aderiu o governador Bernardo da Silveira Pinto, mas o pessoal veio de Portugal. No Pará, em 1820, surgiu a oficina de João Francisco Madureira, de que saiu, também como efeito daquela revolução, o folheto *O Despotismo Desmascarado ou a Verdade Denodada*; ao movimento aderiria a província, e muito pela influência da singular figura de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, agitador político audacioso que, em janeiro de 1822, voltaria de Lisboa, onde fora levar a adesão do Pará à revolução, com a oficina ali adquirida, de sociedade com Simões da Cunha, José Batista da Silva e com o impressor Daniel Garção de Melo, acompa-

(24) “PRECISO dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real.

Depois de tanto abusar de nossa paciência por um sistema de administração combinado acinte para sustentar as vaidades de uma Corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidores aos nossos mesmos Amigos, Parentes e Compatriotas naturais de Portugal; e por ventura e derradeira peça que faltava de se pôr a máquina da política do insidioso governo extinto de Pernambuco.

Começou o pérfido por ilaquear a nossa singeleza, proclamando publicamente a 5 deste mês que era amigo sincero dos pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com eles, escrevendo estes enganos com a mesma pena com que acabava de encher, no segredo do seu gabinete, lista de proscritos que tinha de entregar às mãos do algoz, brasileiros de todas as classes, a mocidade de mais espírito do país, os oficiais mais bravos das tropas pagas, em uma palavra, os filhos da Pátria de maior esperança e mais distinto merecimento pessoal.

Amanheceu enfim o dia seis, em que as enxovias haviam de ser atulhadas de tantos patriotas honrados, e suas famílias alagadas de dor e de lágrimas: convocava o maldito um conselho de oficiais de guerra, todos invejosos de nossa glória, e depois de ter assinado com eles a atroz condena-